

Mauro Campbell Marques | Eduardo Arruda Alvim
Guilherme Pimenta da Veiga Neves | Fabiano Tesolin

Recurso Especial

Prefácio
Nelson Nery Junior

Editora Direito Contemporâneo

Sócios fundadores Rafael Arruda Alvim Pinto, Felipe Toledo Moreira, Teresa Arruda Alvim
Diretor Comercial Rafael Arruda Alvim Pinto
Diretor de conteúdo Felipe Toledo Moreira
Editora Cristiane Faria
Produção gráfica Bloco de Ideias
Capa Carla Lemos

Revisor André de Azevedo Machado

© desta edição [2022]

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais). O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

Data de fechamento da edição: 03-02-2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP). (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Recurso especial / Mauro Campbell, Eduardo Arruda Alvim, Guilherme Pimenta da Veiga Neves, Fabiano Tesolin – Curitiba, PR: Editora Direito Contemporâneo, 2022.

Bibliografia.

ISBN 978-65-991301-6-8

1. Direito – Brasil 2. Direito civil 3. Recursos (Direito) – Jurisprudência - Brasil
4. Recursos (Direito) – Leis e legislação - Brasil I. Campbell, Mauro. II. Alvim, Eduardo Arruda. III. Neves, Guilherme Pimenta da Veiga. IV. Tesolin, Fabiano.

22-99149

CDU: 347.9:331 (81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Recursos : Direito civil 347.9:331(81)
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

SUMÁRIO

O RECURSO ESPECIAL

CAPÍTULO 1 • ASPECTOS GERAIS E CONTEXTO PRINCIPIOLÓGICO DO RECURSO ESPECIAL	31
1.1 Aspectos preambulares acerca do recurso especial no atual cenário do processo civil brasileiro	31
1.2 Conceito de recurso. Distinções e semelhanças em relação a institutos congêneres.....	34
1.3 O ato de recorrer como ônus.....	36
1.4 Os princípios fundamentais do processo civil de maior repercussão sobre o recurso especial	37
1.4.1 Princípio da inafastabilidade da jurisdição	37
1.4.2 Princípio da colegialidade	39
1.4.3 Princípio da taxatividade (“ <i>numerus clausus</i> ”)	40
1.4.4 Princípio da singularidade recursal (ou da unirecorribilidade). Princípio da correspondência recursal.....	42
1.4.4.1 O sistema recursal inaugurado com a Constituição de 1988 e o princípio da singularidade recursal	44
1.4.5 A instrumentalidade das formas e a primazia do julgamento do mérito como princípios norteadores do CPC/15.....	47
1.4.5.1 Contexto jurídico-doutrinário do princípio da primazia da decisão de mérito.....	47
1.4.5.2 Princípio da primazia do julgamento do mérito no âmbito do recurso especial	49
1.4.6 Princípio da fungibilidade recursal	50
1.4.6.1 Interposição no “menor” prazo e dúvida objetiva acerca do recurso cabível	53

1.4.6.2	Inexistência de erro grosseiro.....	56
1.4.7	Princípio da fundamentação das decisões judiciais e sua vinculação com o princípio da dialeticidade recursal	59
1.4.8	Princípio da duração razoável do processo	63
1.4.9	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	65
CAPÍTULO 2 • CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS E OS MECANISMOS CONGÊNERES DE IMPUGNAÇÕES DAS DECISÕES JUDICIAIS.....		69
2.1	Classificação dos recursos.....	69
2.1.1	Recurso principal (independente) e recurso adesivo (subordinado). Conceituação e aspectos gerais.....	69
2.1.1.1	O regime do recurso adesivo e sua aplicação no âmbito do recurso especial.....	71
2.1.1.2	Quem pode interpor recurso adesivo. Legitimidade recursal	74
2.2	Recurso de fundamentação livre e de fundamentação vinculada	76
2.3	Recursos ordinários e extraordinários	77
2.4	Recurso parcial e recurso total	80
2.5	Sucedâneos recursais	81
2.5.1	Pedido de reconsideração	81
2.5.2	Ações autônomas de impugnação	83
2.6	Outros institutos	84
2.6.1	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	84
2.6.2	Arguição de inconstitucionalidade	87
2.6.3	Reclamação.....	89
2.6.4	Incidente de assunção de competência	92
CAPÍTULO 3 • O RECURSO ESPECIAL NO DIREITO PROCESSUAL CONTEMPORÂNEO		94
3.1	Justificativa do recurso especial em contexto histórico-constitucional	94
3.1.1	A criação do Superior Tribunal de Justiça e do recurso especial	95
3.1.2	O atual perfil constitucional do recurso especial.....	99

3.1.2.1 Evolução legislativa do recurso extraordinário no plano do direito constitucional desde a primeira Constituição republicana até os dias atuais	101
--	-----

CAPÍTULO 4 • ASPECTOS DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL..... 108

1ª PARTE

4.1 Requisitos Gerais de Admissibilidade dos Recursos Cíveis	108
4.1.1 Panorama geral sobre o tema	108
4.1.2 O juízo de admissibilidade enquanto ato decisório atrelado às questões preliminares.....	110
4.1.3 Natureza da decisão de admissibilidade recursal e os seus efeitos na formação da coisa julgada	112
4.1.4 Requisitos de admissibilidade dos recursos em geral.....	115
4.1.4.1 Requisitos intrínsecos de admissibilidade dos recursos ..	117
4.1.4.1.1 Cabimento.....	117
4.1.4.1.2 Legitimação recursal.....	118
4.1.4.1.2.1 Legitimidade recursal quanto aos honorários advocatícios ...	122
4.1.4.1.2.2 Legitimidade recursal e as hipóteses de intervenção de terceiros.....	123
4.1.4.1.3 Interesse recursal.....	125
4.1.4.2 Requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos ..	130
4.1.4.2.1 Tempestividade	130
4.1.4.2.2 Regularidade formal	135
4.1.4.2.3 Fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer	137
4.1.4.2.3.1 Desistência do recurso	137
4.1.4.2.3.2 Renúncia ao direito em que se funda a ação (ainda como fato impeditivo do poder de recorrer).....	141

4.1.4.2.3.3	Renúncia ao próprio direito de recorrer (fato extintivo do poder de recorrer)	142
4.1.4.2.3.4	Aquiescência à decisão enquanto fato extintivo do direito de recorrer.....	145
4.1.4.3	Preparo	146

2ª PARTE

4.2	A admissibilidade do recurso especial e dos requisitos que lhe são próprios	149
4.2.1	Jurisdição extraordinária e o recurso especial.....	149
4.2.2	O esgotamento das vias ordinárias, no conceito de <i>causa decidida</i>	151
4.2.3	Juízo de admissibilidade do recurso especial	155
4.2.4	As hipóteses de cabimento do recurso especial contidas no inciso III do artigo 105 da Constituição	158
4.2.4.1	Alínea "a" do inciso III, artigo 105, da CF/88	163
4.2.4.1.1	O cabimento do recurso especial diante da deficiência de fundamentação do acórdão recorrido. A violação do artigo 489, § 1º, incisos I a VI, do CPC/15	173
4.2.4.2	Alínea "b", inciso III, artigo 105, da CF/88	174
4.2.4.3	Alínea "c", inciso III, artigo 105, da CF/88.....	177
4.2.4.3.1	A demonstração analítica da divergência jurisprudencial em sede de recurso especial. Artigo 1.029, § 1º, do CPC/15	181
4.2.5	Legitimidade em sede de recurso especial	184
4.2.6	Interesse recursal e suas particularidades no âmbito do recurso especial.....	185
4.2.7	Requisitos extrínsecos de admissibilidade do recurso especial. Regularidade formal	188
4.2.7.1	Tempestividade, quanto a aspectos objetivos no âmbito do recurso especial	190
4.2.7.2	Preparo, nas mitigações trazidas pelo atual CPC	193

4.2.7.3	A fundamentação adequada como condição para admissibilidade do recurso especial. O espectro amplo da Súmula 284/STF.	195
4.2.7.3.1	A deficiência na indicação dos dispositivos constitucionais embaixadores do recurso especial e dos preceitos de lei federal tidos por contrariados	197
4.2.7.3.2	A necessidade de impugnação de todos os fundamentos autônomos em que se baseou o acórdão objeto de recurso especial. Os <i>fundamentos suficientes</i> e as Súmulas 283/STF e 126/STJ.....	198
4.2.7.3.3	A deficiente fundamentação do recurso especial como aspecto formal insanável	201
4.2.7.4	Vícios formais suscetíveis de serem superados (<i>relevados ou sanados</i>) na admissibilidade do recurso especial (art. 1.029, § 3º, CPC/15).....	202
4.2.8	Prequestionamento	205
4.2.8.1	A acepção do termo "prequestionamento"	206
4.2.8.2	Breves considerações acerca da evolução constitucional do prequestionamento	212
4.2.8.3	O artigo 105, III, da Constituição Federal, e o prequestionamento.....	214
4.2.8.4	Prequestionamento explícito (numérico), implícito e ficto.....	219
4.2.8.5	Prequestionamento diante da persistência de omissão no acórdão recorrido. O recurso especial por violação do artigo 1.022, inciso II, do CPC/15	224
4.2.8.6	Prequestionamento e matéria de ordem pública	228
4.2.8.7	Prequestionamento e voto vencido	232
4.2.9	Implicações práticas da comutação e distinção dos juízos de admissibilidade e de mérito em sede de recurso especial	233

4.2.10	Impossibilidade de reapreciação de matéria fática (Súmula 07 do STJ) e de mera revisão de cláusula contratual (Súmula 05 do STJ). Requalificação jurídica dos fatos.....	237
4.2.10.1	Prova legal e reavaliação da prova	242
4.2.10.2	Mitigação da impossibilidade de revisão de matéria fática em sede de recurso especial	244
4.2.10.3	Impossibilidade de revisão de cláusula contratual.....	245
4.2.11	A inviabilidade de correção, pura e simples, de injustiças pela via do recurso especial	247
4.2.12	O problema das normas federais que contêm, em si mesmas, conceitos vagos	248
4.2.13	Arguição de relevância. Expectativa da criação de filtro na admissibilidade do recurso especial	251
CAPÍTULO 5 • RECURSO ESPECIAL, PROCEDIMENTOS E EFEITOS.....		255
5.1	O processamento do recurso especial.....	255
5.1.1	Normas de regência. Considerações preambulares acerca do processamento do recurso especial	255
5.1.2	Procedimentos nos tribunais de origem.....	257
5.1.3	Procedimentos perante o Superior Tribunal de Justiça.....	259
5.1.3.1	Atuação do Ministro Presidente e do relator	259
5.1.3.2	Os poderes (ampliados) do relator na condução e julgamento do recurso especial (art. 932, CPC/15)	261
5.1.3.3	Julgamento colegiado do recurso especial	264
5.1.3.3.1	O artigo 939 do CPC/15 e a superação das preliminares no julgamento colegiado do recurso especial.....	267
5.1.4	A litigância de má-fé e a sanção aplicável ao recurso especial protelatório	268
5.1.5	Os honorários advocatícios e o recurso especial	270
5.1.5.1	Alteração pelo STJ, em viés de excepcionalidade, do critério de fixação dos honorários sucumbenciais quando excessivos ou ínfimos.....	270
5.1.5.2	A majoração dos honorários sucumbenciais em caso de insucesso do recurso especial. A sucumbência recursal..	271

5.1.6	O alcance temporal do CPC/15 e os Enunciados Administrativos do Superior Tribunal de Justiça.....	273
5.2	Efeitos inerentes ao recurso especial.....	277
5.2.1	Efeito devolutivo.....	277
5.2.2	Efeito suspensivo.....	282
5.2.2.1	Eventual atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial, mediante tutela provisória, no contexto do CPC/15.....	284
5.2.2.1.1	O aparente conflito entre a tutela provisória de urgência e o <i>due process of law</i> (art. 5º, LIV, CF).....	285
5.2.2.1.2	O cabimento, em caráter excepcional, de efeito suspensivo (tutela provisória) em sede de recurso especial. A concessão <i>ope iudicis</i> de efeito suspensivo no processamento do REsp.....	286
5.2.3	Efeito translativo.....	290
5.2.4	Efeito substitutivo.....	295
5.2.5	Efeito expansivo.....	297
CAPÍTULO 6 • AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.....		300
6.1	Generalidades acerca do duplo juízo de admissibilidade do recurso especial.....	300
6.2	Considerações iniciais sobre o agravo em recurso especial (AREsp)....	302
6.3	Requisitos do agravo em recurso especial. Regularidade formal.....	303
6.4	Recorribilidade no tribunal de origem da decisão que inadmite REsp: agravo interno versus agravo em recurso especial.....	305
6.5	O AREsp diante da multiplicidade de fundamentos da decisão que não admite recurso especial.....	309
6.6	Etapas procedimentais do agravo em recurso especial.....	312
6.6.1	Interposição e tramitação do AREsp perante o tribunal de origem.....	312
6.6.2	Coexistência de AREsp e de recurso para o Supremo Tribunal Federal (REExt ou AREExt).....	313
6.6.3	Procedimentos do AREsp no Superior Tribunal de Justiça.....	315

CAPÍTULO 7 • AGRAVO INTERNO E EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	318
7.1 Generalidades do agravo interno e dos embargos de declaração	318
7.2 Agravo Interno	318
7.2.1 Nomenclatura, conceito e natureza jurídica	318
7.2.2 Tempestividade	320
7.2.3 Preparo	322
7.2.4 Hipóteses de cabimento.....	322
7.2.5 Regularidade formal	325
7.2.6 Etapas procedimentais e sanção jurídico-processual em caso de manifesta improcedência.....	326
7.3 Embargos de Declaração.....	329
7.3.1 Previsão legal, conceito e natureza jurídica.....	329
7.3.2 Tempestividade e preparo.....	332
7.3.3 Pronunciamentos embargáveis no Superior Tribunal de Justiça	333
7.3.3.1 Hipóteses e causas de obscuridade em decisões judiciais	334
7.3.3.2 Decisões contraditórias	334
7.3.3.3 Decisões omissas.....	336
7.3.3.4 Decisões maculadas por erro material.....	338
7.3.4 Efeitos dos embargos declaratórios no Superior Tribunal de Justiça e as sanções jurídico-processuais em caso de intuito procrastinatório.....	340
7.3.5 A evolução do entendimento sumulado pelo STJ acerca da (des)necessidade de reiteração do recurso após julgamento dos embargos declaratórios (art. 1.024, § 5º, CPC/15).....	344
7.3.6 Tramitação dos embargos declaratórios no Superior Tribunal de Justiça.....	345
7.4 O julgamento colegiado eletrônico dos embargos declaratórios e do agravo interno. A pauta virtual no Superior Tribunal de Justiça.....	346
CAPÍTULO 8 • EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	349
8.1 Considerações iniciais sobre os embargos de divergência	349
8.2 Contexto histórico-normativo	352

8.3	Finalidade dos embargos de divergência.....	354
8.4	Requisitos extrínsecos.....	356
8.4.1	Prazo de interposição.....	356
8.4.2	Regularidade formal.....	357
8.4.3	Preparo.....	358
8.4.4	Interesse recursal.....	359
8.5	Hipóteses de cabimento dos embargos de divergência, com parametrização em contexto de múltiplas Súmulas.....	360
8.6	Outras especificidades dos embargos de divergência.....	367
8.6.1	Acórdão paradigma.....	367
8.6.2	Demonstração analítica da divergência.....	368
8.6.3	Similitude fática e jurídica entre os julgados confrontados.....	369
8.7	Efeitos dos embargos de divergência.....	371
8.8	Competência e procedimentos dos embargos de divergência.....	372
8.9	Da (eventual) necessidade de cisão do julgamento.....	373
8.10	Possibilidade de adoção de uma <i>terceira</i> tese.....	376
8.11	Sistemática dos recursos repetitivos em sede de embargos de divergência.....	377
8.12	Do óbice à formação da coisa julgada.....	377
CAPÍTULO 9 • RECURSO ESPECIAL REPETITIVO.....		379
9.1	Introdução acerca da concepção dos precedentes judiciais.....	379
9.2	Considerações gerais sobre o regime de julgamento dos “casos repetitivos”.....	385
9.3	Sistema de precedentes do CPC/15, no contexto jurídico-normativo dos recursos repetitivos.....	386
9.4	Conceito e natureza jurídica.....	390
9.5	Procedimentos e vicissitudes.....	391
9.5.1	1ª Etapa: seleção, afetação e admissibilidade dos recursos-pilotos, e sobrestamento dos processos correlatos.....	393
9.5.1.1	Desdobramentos no tribunal de origem acerca da seleção dos recursos representativos da controvérsia, em atos judiciais e de gestão judiciária.....	396

9.5.1.2	Regime de afetação perante o Superior Tribunal de Justiça, na condução pelos ministros Presidente e relator.....	398
9.5.1.3	A técnica da distinção (<i>distinguishing</i>) como mecanismo regulador do alcance dos precedentes em sede de recursos repetitivos.....	399
9.5.2	2ª Etapa: atos preparatórios para o julgamento colegiado	402
9.5.3	3ª Etapa: julgamento – formação de precedente obrigatório....	403
9.5.4	4ª Etapa: aplicação expansiva do precedente.....	405
9.6	A revisão ou revogação de teses firmadas em sede de recurso repetitivo	408
9.7	Outras considerações acerca do recurso especial repetitivo.....	410

DIREITO COMPARADO

CAPÍTULO 10 • OS RECURSOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE SUPERPOSIÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL ESTRANGEIRO.....	415	
10.1	Considerações gerais acerca dos tribunais de superposição	415
10.2	França: a origem da Cassação sob a influência do ideal revolucionário.....	416
10.3	Estados Unidos da América e a influência do <i>writ of certiorari</i> sobre o recurso especial brasileiro	422
10.4	O tribunal de cassação italiano e a sua função de preservar a uniformidade na aplicação do direito	423
10.5	O recurso de revisão na Alemanha: compatibilidade entre a uniformização da jurisprudência e o interesse do recorrente	435
10.6	O recurso de revista português: predominância do efeito substitutivo	436
10.7	O recurso de cassação espanhol	444
10.8	A proximidade do recurso de cassação argentino com o recurso especial brasileiro	448
BIBLIOGRAFIA	451	
ÍNDICE DE AUTORES	467	
ÍNDICE REMISSIVO	477	